

ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

*INFORME SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO
ESTADUAL DE PERNAMBUCO*

Mauro Mota

1. Estrutura e Condições de Funcionamento

No primitivo regulamento (1946) o Arquivo se resumia, praticamente, em: a) diretoria; b) secretaria, incluindo portaria; c) conselho consultivo.

No regimento de 1957, ampliou-se a organização assim: a) diretoria; b) conselho consultivo; c) secretaria; d) seção de Arquivo Histórico; e) seção de Mapoteca; f) seção de Arquivo Administrativo, incluindo os setores de Comunicações e Expediente e o de Publicações; g) seção de Arquivo Fotográfico.

No regimento de 1963, foi mantida essa organização, incluindo-se o Centro de Pesquisa e Documentação Bibliográfica tendo, entre outras, a finalidade de: "Promover e estimular os estudos da história pernambucana através, inclusive, de pesquisas documentais e bibliográficas no acervo do APE; promover exposições e conferências destinadas ao melhor conhecimento desse acervo; manter: instalações para leitura e pesquisas documentais e bibliográficas, equipadas com aparelhamento para leitura de microfilmes e para projeção de diapositivos; cursos regulares e permanentes para especialização em Arquivística, Paleografia e História Pernambucana".

Todas as seções e os setores do Arquivo Público estão em funcionamento embora nem sempre possam, pela limitação dos recursos materiais, cumprir todo o programa que deveriam realizar e de que são capazes.

1.1 Nova localização do APE

A 8 de abril de 1975, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado assinou o Decreto 3.518:

"Ementa – Revoga o Decreto nº 3.403 de 31.12.1974, e dá nova destinação ao imóvel situado à rua do Imperador Pedro II, nº 371, desta Capital.

O Governador do Estado, no uso de suas atribuições, e com fundamento no Art. 69, inciso XI, da Constituição do Estado, considerando o que representa para a cultura e tradição histórica de Pernambuco, o imóvel sito à rua do Imperador Pedro II, nº 371, desta Capital; considerando que no referido imóvel funcionava a Biblioteca Pública do Estado; considerando, finalmente, que o Arquivo Público do Estado, pela sua destinação cultural e histórica, necessita de maiores e melhores ampliações, DECRETA:

Art. 1º – Fica revogado o Decreto nº 3.403 de 31.12.1974.

Art. 2º – O imóvel sito à rua do Imperador Pedro II, desta Capital, fica destinado ao funcionamento do Arquivo Público do Estado.

Parágrafo único – O acervo ainda existente no referido imóvel, pelo seu valor documental e histórico, pertencente à Biblioteca Pública do Estado, fica transferido para o Arquivo Público Estadual, passando a integrar o seu patrimônio.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.”

Transferindo ao patrimônio do APE o acervo de “valor documental e histórico” ainda existente no prédio, que pertenceu à Biblioteca Pública do Estado, na Rua do Imperador, o Governo Moura Cavalcanti teve uma iniciativa de preservação cultural na aparência simples, mas de importância, diga-se, reabilitando o gasto adjetivo fundamental para a bibliografia e a memória de Pernambuco e da Região.

O acervo compõem-se de: coleções de jornais (entre elas a do *Diário de Pernambuco*, a começar de 1828, a do *Jornal do Recife*, a de *A Província* e a do *Jornal do Commercio*, esta com um privilégio, o de ser a única existente reunindo todos os números anteriores a 1930, além de folhas que circularam no Recife, em 1821, a começar de *Aurora Pernambucana*); manuscritos oficiais procedentes inclusive da Capitania e da Província; valores bibliográficos em edições príncipes, que formam o segundo conjunto de obras raras do Brasil.

Esse material não pôde ser enviado às novas instalações da Biblioteca Pública no Parque 13 de Maio por falta de espaço e de outras condições nessas novas instalações e ainda por outro motivo: a fragilidade das coleções de jornais consultados há anos e anos e não suportando mais qualquer atrito de mudança com ameaça de destruição.

Deixando-as no local onde as deixou, o Governo, além de garantir-lhes a integridade, deu continuidade a uma tradição. O prédio, que passou a funcionar como sede do APE, foi a segunda cadeia do Recife inaugurada em 1731. Nela estiveram presos os revolucionários de 1817 e 1824; dela saiu Frei Caneca para o martírio; passou por reformas, serviu de sede ao Senado da Câmara e posteriormente ao Fórum de Pernambuco até 1930, quando abrigou os 85 mil volumes da Biblioteca criada pelo Conde da Boa Vista e inaugurada em 1852. A tradição do prédio continua com o ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL, núcleo de cultura, atração de leitores e pesquisadores pernambucanos, brasileiros e de outros países.

1.2 Acervos incorporados

Além de volumosos acervos da antiga Justiça Eleitoral e de repartições extintas, os antigos montepios, sociedades beneficentes, comissão de preços, fiscalização geral do jogo, algumas peças do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, o Arquivo tem recebido e continua a receber grande massa de papéis de repartições vivas, como Secretarias de Estado e, cada dia mais numerosos, os talões de registros de documentos e de imóveis, nascimentos, óbitos, casamentos, etc., de cartórios do interior, além de grande massa de documentos diversos.

São também incorporados ao APE arquivos particulares, de figuras que se destacaram na história de Pernambuco, como as coleções “Barão de Lucena”, “Dantas Barreto”, etc.

As instalações do Arquivo não têm, há muito tempo, disponibilidade para esse crescente aumento do acervo e cada dia é maior o problema de espaço, de acomodação. Por isso mesmo não tem possibilidade de incorporar, como é do seu propósito, ricos arquivos como o de “Obras Públicas” e outros de igual riqueza e valia histórica.

1.3 *Informações históricas*

Algumas centenas de informações têm sido prestadas pelo Arquivo que, além disso, já ofereceu ou permutou com instituições, pesquisadores e estudiosos, milhares de reproduções fotográficas e de cópias de documentos.

O APE atende ainda estagiários dos cursos de História da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco, além de bolsistas e pesquisadores estrangeiros.

1.4 *Contato com o público*

O quadro de pessoal da Casa, desde cedo, adotou e procurou viver o lema de que a função do arquivista é ser servo dos servos da ciência. Seu destino não é o de ser erudito ou de ele próprio elaborar monografias e estudos. É o de preparar, anonimamente, materiais para os eruditos. Há, no Arquivo, a consciência de que o pessoal é pago para servir e que o seu “patrão” é o público – e como tal deve ser tratado sempre com a maior compreensão e espírito de colaboração – além da cortesia e urbanidade usuais em qualquer setor de contato com as chamadas “partes”. É claro que os servidores dos arquivos, bibliotecas e museus não podem ser recrutados nos quadros ordinários da burocracia estatal. Deles se exigem vocação e aptidões especiais. Convém não esquecer que, muitas vezes, essas instituições são procuradas, também, por pessoas que não têm suficiente formação ou nível intelectual necessário para lidar com material histórico ou sequer para formular, razoavelmente, a sua consulta ou o seu pedido de informação. Há, inclusive, os que não podem – por insopitável espírito de destruição – manusear as coleções. Em todas essas hipóteses, é necessário que os arquivistas sejam pessoas de autêntica vocação e de aptidões especiais.

1.5 *Diretores*

1.5.1 O primeiro diretor do APE foi o Professor Jordão Emerenciano, de 1945 a 1972. Durante esse tempo deu uma estrutura à entidade, que colocou em funcionamento em coerência com as modernas técnicas de arquivística e documentação. Várias foram as iniciativas que o vincularam definitivamente à história da instituição, inclusive as edições dos dez volumes dos *Anais Pernambucanos*, de Pereira da Costa, *Morão, Rosa & Pimenta* e o *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*.

1.5.2 O escritor Mauro Mota é o atual diretor do ARQUIVO PUBLICO ESTADUAL, desde março de 1972. Membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Academia Pernambucana de Letras, integrante do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco. Sob sua gestão, cumpre o APE extenso programa cultural, destacando-se a realização de Cursos e Conferências, sobretudo na área de Arquivística e Documentação, destinados não só a atrair a atenção do público para a importância das técnicas dessa especialidade, como também os universitários de Biblioteconomia, professores, pesquisadores e funcionários de repartições e empresas que precisam conhecer ou atualizar técnicas nesse setor.

No plano editorial tem cumprido, o APE, a missão de divulgar as obras de interesse histórico, quase sempre raridades bibliográficas existentes no seu acervo. Sob aplausos de estudiosos e pesquisadores, têm sido editadas obras como “Folclore Pernambucano”, de F.A. Pereira da Costa e “Escavações”, de F. Pacífico do Amaral, para citar apenas duas de suas mais importantes reedições.

O programa cultural prevê, ainda, a regularização da periodicidade da sua “Revista do Arquivo Público Estadual”, a qual, sem prejuízo das outras atividades, chegou a registrar considerável atraso. No momento, encontra-se no prelo o número referente a 1975, cuidando-se, já, do número do corrente ano, assegurando-se, assim, a sua completa atualização.

No tocante a pesquisa, preocupa-se o APE com a dinamização desse setor, tendo em vista o crescente número de intelectuais e estudantes que diariamente realizam consultas no seu acervo bibliográfico.

1.6 *Colaboradores*

O Arquivo Público Estadual de Pernambuco tem sido sempre um organismo aberto, desarmado de prevenções, liberto de reservas e de preconceitos. É claro que se exige dos seus frequentadores – considerada a sua finalidade e a natureza do seu acervo – um mínimo de condições e um certo nível de instrução.

Essa ausência de prevenções e de reservas permitiu que, desde cedo, o APE fosse procurado e freqüentado por historiadores e pesquisadores das mais diferentes tendências e orientações. Por isso, à sua volta se formou um grupo de colaboradores da melhor categoria, cujo vínculo principal é o interesse comum pela história de Pernambuco e os assuntos que lhe são afins.

Por outro lado, sempre encontrou em vários organismos oficiais – da União, dos Estados e dos Municípios – o melhor espírito de colaboração: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo-Biblioteca-Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Histórico Nacional, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Polícia Militar do Estado, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Imperial de Petrópolis Príncipe D. Pedro de Bragança, Biblioteca Pública do Estado, Museu do Estado, Institutos Históricos de vários Estados e até de municípios como os de Vitória de Santo Antão,

Prefeitura do Recife, Teatro Sta. Isabel, Departamentos e Governos Municipais como os do Recife, Olinda, Goiana, Caruaru, Cabo, Igarassu, etc.

2. Promoções do APE

2.1 *Cursos*

O Arquivo Público Estadual tem promovido cursos de Técnicas de Arquivo, desde 1972, considerando-se a inexistência na própria UFPE., que, somente naquele ano, incluiu a cadeira de Arquivística no Curso de Biblioteconomia.

Uma das metas fundamentais desses cursos – e esse objetivo foi alcançado – é a formação específica de professores, bibliotecários, funcionários do Estado e de empresas privadas e de estudantes e demais interessados na técnica de coleta, arquivamento, conservação e divulgação do material informativo.

O APE promove ainda cursos de Documentação Administrativa, com o objetivo de formar, em Pernambuco, uma consciência favorável à preservação dos valores dos arquivos, sejam estes do governo em qualquer âmbito, do federal aos dos cartórios dos municípios, sejam os privados, de empresas ou pessoas. Sem eles, as várias histórias, a política, a administrativa, a literária, a social, no sentido amplo, jamais poderiam ser escritas sem omitir detalhes indispensáveis à reconstituição da autenticidade dos episódios.

O professor Edson Mota, catedrático da Escola Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro) e técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizou um curso de restauração de livros e documentos, em fevereiro de 1973, sob o patrocínio do Arquivo Público Estadual.

O curso, primeiro no gênero realizado em Pernambuco e que contou com grande número de participantes inscritos, causou bastante interesse, principalmente em pessoas que lidam diretamente com trabalhos ligados à documentação.

Mecanização nos serviços de arquivo é o título do curso ministrado pela professora Cordélia Robalinho Cavalcanti, diretora do Centro de Informação e Documentação da Câmara dos Deputados e titular da cadeira de Catalogação, Classificação e Documentação, da Universidade de Brasília, por iniciativa do Arquivo Público Estadual.

O programa abrangeu os temas: arquivologia, biblioteconomia, documentação, ciência da informação, informática: o conceito da palavra epidêmica; a formação dos especialistas em informação; mecanização e automação da informação; realidade ou utopia?; o passado, o presente e o futuro; sistemas e redes de informação; os métodos mecanizados e/ou automatizados como auxiliares da pesquisa nos arquivos.

Um curso sobre “Metodologia da Pesquisa em Ciências Sócio-históricas” foi promovido pelo Arquivo Público Estadual e ministrado pelo professor

Roberto Mota, Mestre em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais de Haia e Doutor pela Universidade de Colúmbia. O programa constou de: Ciências e conhecimento; o processo científico; método nas ciências naturais e método nas humanas; realidade e sistematização do conhecimento; orientação teórica; apresentação do método das diversas ciências sociais: Sociologia, Antropologia, História, etc.; ciência nomotética e ciências ideográficas; etapas essenciais de uma pesquisa em ciência social; a situação concreta da História; reflexão do presente sobre o passado; o problema específico da validade das leis históricas; condições essenciais da pesquisa histórico-cultural; relações entre pesquisa histórica e outras ciências sociais; as dimensões sincrônicas e diacrônicas.

O Professor José Augusto Guerra, da Universidade de Brasília, também ministrou, sob o patrocínio do APE, um Curso de Técnicas de Comunicação na Redação Oficial, com matrículas abertas, inclusive a interessados de outras repartições e empresas privadas.

Promovido pelo APE, realizou-se, este ano, um Curso sobre Classificação Bibliográfica, ministrado pelo Professor Milton Ferreira de Melo, do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco e técnico do APE, destinado a alunos de Biblioteconomia e funcionários de arquivos e bibliotecas.

Ainda pelo APE, realizou-se este ano, um Curso de Problemática Arquivística, que foi, sem controvérsia, o que, na linguagem tradicional do noticiário, poder-se-ia chamar de “êxito absoluto”, indicado por dois fatos: a categoria do professor, José Pedro Pinto Esposel, um mestre que valoriza o ofício, e o número de alunos, mais de 150.

Registre-se um curso sobre *editoração* – o primeiro no seu gênero em Pernambuco – ora em realização a cargo da Professora Aida Nery da Fonseca, do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco. O Curso é realizado sob o patrocínio do APE e os estímulos, que não faltaram um instante sequer, do Secretário da Justiça, Sérgio Higinio Dias dos Santos Filho.

2.2 Programa editorial

Em 1974, o Arquivo Público Estadual tomou a iniciativa de reeditar duas obras da mais alta importância para a história de Pernambuco: *Folk-lore Pernambucano*, de F.A. Pereira da Costa, e *Escavações -- Fatos da História de Pernambuco*, de Francisco Pacífico do Amaral.

Em 1975, o APE lançou o número 13 de sua Revista, que, embora passando a uma aparência mais atual, mais atraente, mais funcional, para usar uma palavra de hoje, mantém o espírito, que, desde o começo, é o dela. A *Revista do Arquivo Público*, cuja publicação em atraso vinha desde 1957, foi muito bem recebida nos círculos culturais pela categoria de sua colaboração toda inédita, inclusive o diário de Teles Júnior, cujo 60º aniversário de morte transcorreria no ano de 1975.

2.3 Outras atividades

As atividades desenvolvidas pelo Arquivo Público Estadual, órgão da Secretaria da Justiça, ressaltam sua importância na divulgação, em âmbito nacional e internacional, da história política, social e administrativa de Pernambuco.

Além de promover diversos cursos e conferências e de lançar várias publicações, oferecendo subsídios para pesquisas, o APE tem realizado diversas exposições de importantes documentos do mais alto interesse histórico.